

ADQUIRI UM CERTIFICADO: O QUE FAÇO COM ELE?

Patrícia Magalhães
José Carlos Morgado

Universidade do Minho

patricia4magalhaes@gmail.com
jmorgado@ie.uminho.pt

RESUMO: A pressão para a aquisição e reconversão de qualificações profissionais é hoje fomentada pela dicotomia Conhecimento/Mercado de Trabalho. Porém, independentemente da qualidade da formação inicial, tem vindo a verificar-se uma certa dificuldade de inserção dos Técnicos Superiores de Educação num mercado de trabalho cada vez mais saturado e desregulado. Não deixando de ter em conta que estamos em presença de uma graduação que não consta na Classificação Portuguesa das Profissões, importa averiguar qual o nível de empregabilidade dos Licenciados em Educação nos últimos anos e interagir com a Sociedade, de modo a melhorar o reconhecimento desta Licenciatura, facilitando a sua entrada no mercado de trabalho. O texto que a seguir se apresenta resulta de um estudo em que se inquiriram licenciados no Instituto de Educação da Universidade do Minho, no período compreendido entre 2006 e 2012. Para o efeito, foi feita uma sondagem para averiguar que funções desempenham atualmente os Licenciados em Educação, identificar dificuldades com que se deparam na entrada do Mercado de Trabalho e recolher sugestões para melhorar essa transição.

Os resultados demonstram baixos níveis de empregabilidade nesta área de formação e um défice de reconhecimento desta licenciatura, o que compele a implementar estratégias que tornem visível a importância deste curso.

Introdução

A evolução política, económica e científica dos últimos anos tem vindo a gerar um cenário de mudança e instabilidade, com reflexos nos mais diversos quadrantes sociais. Exemplo disso é o binómio Emprego vs Empregabilidade, hoje em profunda reconfiguração, decorrente de ruturas e alterações quer ao nível do próprio conceito de emprego, quer da Formação e Gestão dos Recursos Humanos, quer, ainda, da forma como as pessoas (inter)agem nos respetivos contextos de trabalho. Um conjunto de mudanças que, na opinião de Todo Bom (2010), tornam visível a inoperância do *velho paradigma do emprego garantido*, “sem uma base de conhecimento e de criatividade permanentemente atualizada”, e, concomitantemente, a emergência de um *novo modelo de empregabilidade*, fundado na criatividade e nas vantagens competitivas e que “exige conhecimento e formação aprofundada em áreas específicas que permitam a criação de valor pelo empregado”.

É neste contexto que se torna imprescindível a (re)valorização da dimensão humana do trabalho, uma vez que são os profissionais que, no terreno, através das suas capacidades e competências, podem ajudar a criar condições para o sucesso das organizações. Como lembra Ferreira (2010, p. 24), se, por um lado, vivemos tempos conturbados, que “implicam a capacidade de empreender mudanças quer ao nível económico quer ao nível pessoal e profissional”, por outro lado, tais mudanças só serão proficuas se resultarem de uma efetiva “disseminação do conhecimento, da partilha de informação e do envolvimento de todos”, elementos necessários para construir uma nova cultura laboral. Nesta ordem de ideias, falar de estratégia “significa falar de FUTURO e de pessoas capazes de o desenharem à medida das novas circunstâncias que se recriam a cada instante num qualquer canto deste Mundo globalizado” (*ibidem*).

O impacto destas transformações produziu efeitos substantivos nas instituições de educação/formação, em particular nas universidades, que se viram compelidas a (re)equacionar e racionalizar a oferta formativa que disponibilizam e a perfilhar novas metodologias de ensino. O desafio da empregabilidade, enquanto imperativo de legitimação académica e social, colocou novas exigências às instituições de formação, que se viram na contingência de (re)orientar os cursos que oferecem para o desenvolvimento de saberes, capacidades e competências alinhadas com as necessidades da economia e do mercado. Na opinião de Silva e Gomes (2003, p. 1286), essa “atratividade pela empregabilidade” acabaria por interferir com

“(…) a relação entre as dimensões académicas e vocacionais da formação universitária, a elaboração e aplicação de estratégias de relacionamento entre a universidade, a economia e a sociedade, a construção de metodologias de abordagem do mercado de trabalho e de dinamização de saídas profissionais, a construção de instrumentos de observação e acompanhamento de trajetórias profissionais pós-licenciatura, como são, por exemplo, os Observatórios de Emprego.”

Neste contexto, é compreensível que a oferta formativa se apoie na “existência de fundadas expectativas de aplicabilidade ou utilidade social” (Gomes, 1996, p. 306), sob pena de, se o não fizer, ficar irremediavelmente condenada ao fracasso.

Foi com base nestes pressupostos que, na década de 1990, foi criada a Licenciatura em Educação, na Universidade do Minho, cuja principal finalidade é formar profissionais capazes de dar resposta aos desafios que perpassam os distintos sectores do sistema educativo. Incidindo em áreas que se dimensionam para além do

sistema escolar, o Licenciado em Educação assume hoje um papel relevante tanto ao nível da conceção de projetos e programas de formação e intervenção socioeducativa, quanto da sua implementação, monitorização e avaliação¹.

Passados cerca de vinte anos da criação do curso, e num momento em que a relação entre a universidade e o mercado de trabalho se tornou mais tensa, tensão essa a que não é alheio o número de diplomados que militam no terreno do desemprego, importa averiguar traduzindo-se, “hoje, de forma dramática, num elevadíssimo número de diplomados desempregados”, importa averiguar qual o nível de empregabilidade dos Licenciados em Educação nos últimos anos e interagir com a Sociedade, de modo a melhorar o reconhecimento desta Licenciatura, facilitando a sua entrada no mercado de trabalho. É este o principal propósito do trabalho que apresentamos a seguir.

Caracterização do estudo

Problemática da Investigação

O presente estudo resulta da necessidade de conhecer os índices de empregabilidade dos Licenciados em Educação da Universidade do Minho e de contribuir para desencadear um processo de (re)construção de um perfil profissional que se anseia que seja mais reconhecido no mercado de trabalho. Para que este reconhecimento seja efetivo, é fulcral que os indivíduos sejam ouvidos, uma vez que são os protagonistas das experiências de transição Universidade/ Mercado de Trabalho.

Dar voz aos ex-alunos é reconhecer que podem assumir-se como uma mais-valia em futuros projetos de intervenção, que visem a emancipação profissional de um sector que carece de reconhecimento desde a abertura da Licenciatura em Educação, que remonta ao ano letivo de 1993-1994.

Ao longo do estudo, teremos oportunidade de enfatizar as maiores preocupações decorrentes da falta de reconhecimento profissional do perfil do Técnico Superior de Educação, bem como de captar as sugestões que estes enaltecem. Tais propósitos contribuirão para a assunção de uma nova postura social, em que o diálogo, a compreensão e o consenso serão pilares estruturantes

Refletir sobre a Dicotomia Universidade/Mercado de Trabalho faz-nos repensar em algumas perspetivas educativas e formativas que, ao longo do tempo, se foram

¹ Cf. Página do Instituto de Educação da Universidade do Minho. In <http://www.ie.uminho.pt>.

moldando numa lógica de rotinização, descurando a progressiva mercantilização da Educação e a consolidação da sociedade de consumo, com os eventuais prejuízos que daí resultaram para estes profissionais. Assim, ter consciência deste fenómeno, consigna-nos um sentido de responsabilidade acrescido. Por isso, identificada a problemática, era altura de ouvirmos as pessoas envolvidas nesse processo para que, através de uma atuação em rede, pudéssemos encontrar soluções criativas que, mais do que potenciar estas debilidades, conseguissem erradicá-las das práticas educativas e formativas, já que em nada facilitam a inserção/adaptação do indivíduo ao mercado de trabalho.

De salientar que, com este estudo, pretendemos também potenciar uma reflexão sobre a *praxis* profissional, com vista ao desenvolvimento pessoal, profissional e social dos Licenciados em Educação.

Objetivos da Investigação

Para nortear o estudo, e no sentido de dar resposta à problemática enunciada, definimos os seguintes objetivos de investigação:

- Averiguar o nível de empregabilidade dos Licenciados em Educação, independentemente da sua área de formação académica;
- Identificar dificuldades sentidas na transição da Universidade para o Mercado de Trabalho;
- Recolher sugestões que ajudem a melhorar esta transição.

Metodologia utilizada

Tendo em conta a amplitude e a profundidade do trabalho realizado e uma vez que se trata de uma primeira abordagem que fazemos ao fenómeno em causa, consideramos que este estudo é de cariz meramente exploratório.

Para concretizar os objetivos definidos, optámos pela aplicação de um inquérito por questionário, via telefone, aos Licenciados em Educação que concluíram o curso no período compreendido entre 2006 e 2012. Uma vez que se tratou de um inquérito por administração indireta, na qual foi o investigador que formulou as perguntas e registou as respostas dos inquiridos, e se aplicou a uma amostra de indivíduos da população em

estudo, podemos afirmar que a técnica de investigação privilegiada foi a sondagem (Boudon, 1990).

O questionário utilizado incluía dois tipos de questões: questões de resposta fechada – relativas aos dados pessoais e aos diferentes níveis de satisfação dos inquiridos – e questões de resposta aberta – utilizadas no sentido de dar liberdade aos inquiridos para explicitarem os pontos que consideravam ser mais pertinentes face às questões colocadas.

Procedimentos utilizados

Com base numa lista de todos os Licenciados em Educação entre 2006 e 2012, tentámos contactar o maior número possível de indivíduos. No entanto, por contingências várias, em particular o tempo de que dispúnhamos para a recolha de dados, não foi possível inquirir todos os licenciados, tendo conseguido contactar uma amostra dos vários ciclos de estudos. Tal facto não constitui, a nosso ver, uma limitação ao estudo, uma vez que, para além de se tratar de um estudo preliminar, não se prevê, neste momento, uma generalização dos resultados aos licenciados de outras universidades.

Importa referir que, apesar da existência de questões abertas e de ter sido dada liberdade de resposta aos inquiridos, o tempo médio de resposta ao inquérito por questionário não foi superior a cinco minutos.

Os resultados obtidos foram analisados através do programa estatístico SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences* –, e as respostas às questões abertas foram submetidas a uma análise de conteúdo.

Caracterização da Amostra

De acordo com os dados fornecidos pelo Serviços Académicos da Universidade, entre 2006 e 2012, terminaram a Licenciatura em Educação 528 estudantes. No entanto, dado o procedimento adotado para a aplicação dos inquéritos por questionário, apenas foram inquiridos 87 licenciados, perfazendo 16% da população total. Apesar de reconhecermos estamos trabalhar com uma amostra pouco representativa, considera-se o estudo credível, uma vez que não se pretende generalizar os resultados a outros estabelecimentos de ensino superior, mas compreender de forma contextualizada o

alcance da problemática, auscultando as vivências na transição Universidade/Mercado de trabalho.

Para a caracterização pessoal e profissional dos respondentes, tivemos em conta as seguintes variáveis: idade, sexo, estado civil e ano de conclusão e à classificação obtida na Licenciatura. Os dados encontram inseridos nas tabelas seguintes.

Tabela 1 – Dados relativos ao sexo e ao ano de conclusão da Licenciatura

Sexo	Ano de conclusão da licenciatura														Total	
	2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		f	%
	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%				
Feminino	8	12.3	10	15.4	12	18.5	9	13.8	5	7.7	8	12.3	13	20.0	65	74.7
Masculino	6	27.3	2	9.1	8	36.4	1	4.5	0	0.0	3	13.6	2	9.1	22	25.3
Total	14	16.1	12	13.8	20	23.0	10	11.5	5	5.7	11	12.6	15	17.2	87	100.0

Como se verifica pela análise da Tabela 1, existe uma maior percentagem de inquiridos do sexo feminino. Relativamente à distribuição por ano de conclusão da licenciatura, considera-se existir uma distribuição equitativa dos inquiridos pelos diferentes anos.

Tabela 2 – Dados relativos à idade

Variáveis	f	%
Idade		
< 24 anos	21	24.4
entre 25 e 29 anos	26	30.2
entre 30 e 34 anos	22	25.6
entre 35 e 39 anos	6	7.0
entre 40 e 44 anos	6	7.0
entre 45 e 49 anos	3	3.5
> 50 anos	2	2.3

Tal como é possível observar através da tabela 2, a maioria dos inquiridos possui idades compreendidas entre os 22 e os 29 anos, sendo que apenas cerca de 20% da amostra tem mais de 35 anos. Trata-se de uma amostra constituída, essencialmente, por indivíduos relativamente jovens, com boas perspectivas de, à partida, poderem ingressar no Mercado de Trabalho.

Tabela 3 – Dados relativos ao estado civil

Variáveis	f	%
Estado Civil		
Solteiro/a	53	60.9
Casado/a	30	34.5
Viuvo/a	1	1.1
Divorciado/a	3	3.4

Relativamente ao estado civil dos indivíduos que integram a amostra, constatamos que cerca de 60% dos inquiridos da amostra são solteiros/as.

No que concerne à média final de curso, 74.4% dos inquiridos terminaram a licenciatura com uma classificação de até 15 valores.

Resultados Preliminares

Uma vez que os resultados que apresentamos a seguir se referem a uma primeira fase de um estudo que procuramos ampliar em momento posterior, decidimos apresentar alguns resultados preliminares, relativos aos seguintes aspetos: nível de empregabilidade, grau de satisfação face à atual situação profissional, grau de satisfação relativamente à Licenciatura em Educação e reconhecimento da Licenciatura em Educação no Mercado de Trabalho.

Nível de empregabilidade dos inquiridos

Relativamente à atual situação profissional, 59.8% (N=56) dos inquiridos afirma que se encontra a exercer uma atividade profissional. Destes, 59.6% (N=31) desempenha uma profissão relacionada com a sua formação académica – a Licenciatura em Educação. As respostas dos inquiridos permitiram, ainda, constatar que as áreas de atividade profissional nas quais se encontram inseridos são, na sua grande maioria, a formação profissional e a gestão de recursos humanos.

Grau de satisfação face à atual situação profissional

Inquiridos sobre o grau de satisfação face à sua situação profissional, os indivíduos que participaram no estudo posicionaram-se de acordo com os dados inseridos na Tabela 4.

Tabela 4 – Grau de satisfação face à situação profissional

	f	%
Muito satisfeito/a	9	18.4
Satisfeito/a	28	57.1
Insatisfeito/a	4	8.2
Muito Insatisfeito/a	8	16.3
Total	49	100.0

Os resultados indiciam que, do total de licenciados inseridos no mercado de trabalho, 57.1% encontra-se satisfeito com a sua situação profissional. Contudo, não deixa de ser preocupante que cerca de 25% dos respondentes manifeste uma opinião contrária.

Grau de satisfação relativamente à Licenciatura em Educação

No que concerne à satisfação relativamente à Licenciatura em Educação na Universidade do Minho, os dados inseridos na tabela 5 permitem observar que 69% dos inquiridos se encontram satisfeitos/as com a licenciatura em questão. Por outro lado, 16% encontra-se muito insatisfeito/a ou insatisfeito/a face à licenciatura que possuem.

Tabela 5 – Grau de satisfação relativamente à Licenciatura em Educação

	f	%
Muito satisfeito/a	13	14.9
Satisfeito/a	60	69.0
Insatisfeito/a	11	12.6
Muito insatisfeito/a	3	3.4
Total	87	100.0

Importa acrescentar que, 74% dos inquiridos que se encontram inseridos no mercado de trabalho refere que, no exercício das suas atividades profissionais, aplica as capacidades e competências adquiridas durante o curso.

Reconhecimento da Licenciatura em Educação

Um outro aspeto merecedor de atenção foi o reconhecimento (do perfil profissional) do licenciado em educação pelo mercado de trabalho. As informações recolhidas permitem-nos concluir que 87.4% dos inquiridos considera que os licenciados em educação são muito pouco reconhecidos em termos laborais.

Com o intuito de identificar as razões deste défice de reconhecimento, instámos os respondentes a pronunciarem-se sobre as principais causas dessa situação. As respostas obtidas permitiram-nos constatar que o principal motivo se circunscreve à falta de esclarecimento sobre as potencialidades desta licenciatura e, conseqüentemente, do perfil profissional do licenciado em educação. A análise de conteúdo das respostas obtidas permitiu identificar expressões como: “falta de conhecimento da licenciatura” (E4, E11); “confusão entre licenciados em educação e educadores de infância ou professores” (E19, E63); “associação da Licenciatura em Educação à área de ensino/escolar” (E21, E46); “falta de divulgação do curso” ou “temos de explicar que Educação é similar a Ciências da Educação” (E34).

As expressões referidas permitem-nos compreender que existe uma clara falta de divulgação, junto das entidades empregadoras e da sociedade, em geral, da Licenciatura em Educação e do perfil de competências de um técnico superior de educação. Uma das principais evidências desse desconhecimento é a ausência de um código de identificação do licenciado em educação no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), o que leva um dos inquiridos a afirmar que: “se no IEFP não temos um código de identificação da nossa profissão e nos incluem nos animadores socioculturais, como é que as entidades empregadoras podem conhecer o perfil de competências de um licenciado em educação?” (E11).

Os aspetos referidos geram dificuldades significativas na transição da universidade para o mercado de trabalho, sendo as ideias do desconhecimento e/ou do não reconhecimento do perfil de competências do licenciado em educação as mais apontadas: “a maior dificuldade de todas é explicar o que é o curso, o que faz um licenciado em educação” (E68). Por outro lado, os inquiridos acrescentam outros aspetos inerentes ao próprio curso, tais como, o desconhecimento da realidade do mercado de trabalho, resultante do facto de “o curso não ter uma prática sustentada”, devendo, por isso, “existir um maior contacto com a realidade social desde o primeiro

ano da licenciatura” (E73). Vários inquiridos afirmam que acabam a licenciatura sem terem experiências práticas e/ou profissionais, como hoje são exigidas por muitas das entidades empregadoras.

Tendo por base estas afirmações, os inquiridos foram convidados a refletir sobre a forma como esta tendência do não reconhecimento poderia contrariada. As sugestões referidas pela generalidade dos inquiridos apontam, essencialmente, em duas direções. Por um lado, a necessidade de uma maior e melhor divulgação do curso junto das entidades empregadoras, recorrendo, sempre que possível, a parcerias com o Ministério da Educação, a Segurança Social e/ou o IEFP. Além disso, os respondentes consideram importante convidar as entidades empregadoras para vir à Universidade falar sobre a realidade do mercado de trabalho, o que contribuiria para “aprofundar a articulação com o exterior” (E9).

Por outro lado, a alteração da designação do curso foi também uma sugestão apontada por muito dos inquiridos, por considerarem que a designação Licenciatura em Educação é demasiado abrangente. Um aspeto que levou um dos inquiridos a afirmar que “o curso dá para quase tudo e no fundo não nos dá para nada” (E53). A alteração da designação da licenciatura prende-se também como o facto de a Licenciatura em Educação que existe noutras universidades ser diferente, donde a necessidade de clarificar e/ou redefinir o perfil do técnico superior de educação.

Considerações finais

Face aos dados apresentados, torna-se necessário, e urgente, repensar as estratégias educativas que têm sido levadas a cabo por todos os agentes envolvidos nos processos de ensino-aprendizagem da Licenciatura em Educação. Por outras palavras, é necessário desmistificar e romper com determinadas rotinas que se foram consolidando no quotidiano educativo, o que, em nosso, entender só será possível através de uma cultura colaborativa, capaz de *gerar parcerias* entre os diferentes grupos que interagem na instituição. Além disso, é necessário envolver os alunos em parcerias com o exterior, o que permitirá o conhecimento territorial (como fonte de autonomia) e o desenvolvimento de competências que enriqueçam o seu *background* cultural e profissional, e potenciar ações que visem o reconhecimento e validação de um perfil profissional em construção.

A criação de espaços de partilha, ancorados ao espírito da democracia participativa, configuram as *parcerias* como caminhos para uma relação dialética entre os vários parceiros e instituições que integram a Sociedade, relação essa que deverá contribuir para o desenvolvimento pessoal e social dos cidadãos, na base de processos de ensino-aprendizagem onde as tomadas de decisão e os significados atribuídos às ações que realizam se assumam como palavras-chave desse processo.

Perante esta problemática, que tem sido alvo de muitos debates tanto a nível nacional como local, é necessária a criação uma rede de voluntariado que integre (ex)alunos e o estabelecimento de protocolos com algumas instituições, para que, ao longo do seu percurso académico, os estudantes universitários possam desenvolver competências não só teóricas mas também de cariz mais prático, o que contribuirá para diluir as dificuldades de cada contexto social e facilitar a integração dos futuros profissionais. Desta forma, estaremos a trabalhar para a consecução de objetivos que melhorarão o reconhecimento do curso e facilitarão a entrada dos futuros técnicos no mercado de trabalho: (i) desenvolver competências sociais nos alunos; (ii) divulgar o perfil profissional dos Técnicos Superiores de Educação; (iii) consciencializar a comunidade para a importância das competências destes profissionais.

As estratégias de atuação a definir pretenderão não só mobilizar alunos, mas também ex-alunos e outros responsáveis locais, no sentido de criar corpo ativo capaz de desenvolver dinâmicas de integração social e profissional, cabendo-lhe ser porta-vozes das dificuldades com que os jovens recém-formados se deparam à entrada no Mercado de Trabalho. Neste sentido, conseguir-se-á um reconhecimento mais amplo das potencialidades do curso, bem como da Instituição onde o mesmo decorre, e que os próprios estudantes reconheçam a importância de um percurso académico baseado nas suas vivências quotidianas, contribuindo de forma ativa para o desenvolvimento das competências sociais e profissionais inerentes às futuras funções que vão desempenhar. No fundo, tratar-se-á de dar um novo sentido à formação e de contribuir para que a mesma seja esteio de práticas sociais responsáveis e veículo de desenvolvimento de uma efetiva cidadania ativa.

Referências bibliográficas

Boudon, R. *et al.* (1990). *Dicionário de Sociologia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
Ferreira, J. V. (2010), Recursos Humanos: futuros e aquisições. *Dirigir*, 111, 24-27.

- Gomes, C. A. (1996). Licenciatura em Educação: ilusão académica ou projeto profissional? In Actas do I Congresso das Licenciaturas em Ciências da Educação – *Ciências da Educação: profissão e espaços sociais*. Porto: Universidade do Porto, pp. 305-308.
- Silva, B. & Gomes, C. (2003). Universidade e mercado de trabalho: indicadores das trajetórias profissionais dos licenciados em educação da Universidade do Minho. *Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxía e Educación*, nº 8 (vol. 10), ano 7, Universidade da Corunha, pp. 1286-1295.
- Todo Bom, L. (2010). Emprego vs empregabilidade. *Jornal de Negócios Online*. In http://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/detalhe/emprego_vs_empregabilidade.html. Acesso em 05.06.2013.